Conselho Nacional de Justiça

2º Encontro do Grupo de Trabalho de Inovação e Inteligência em parceria com o Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo		
Data	**Horário**	**Local**
24/1/2019	9h às 17h	Sala de Reunião 17 – Conselho Nacional de Justiça
Participantes		**Órgãos Representados**
Maria Tereza Uille Gomes		Conselheira CNJ
João Murta		CNJ
Filipe Pereira da Silva		DPJ/CNJ
Cristina Winckler		DGE/CNJ
Jaqueline Barbão		CNJ
Thaislana Santos		CNJ
Fabiana Andrade		DGE/CNJ
Gabriela Azevedo		DPJ/CNJ
Gabriela Lobo		CNJ
Francisco Filho		CNJ
Thatiane Rosa		CNJ
Paula Ferro Costa de Sousa		CNJ
Jorge Henrique Mendes		CNJ
Vânila Cardoso André		JF/MG
Cristiane Chmatalik		JF/ES
Priscila Pereira Corrêa		JF/RJ
Luciana Ortiz Zanoni		JF/SP
Antônio Bochenek		JF/PR
Luciana Veiga		JF/PR

Leonardo Resende	JF/RN
Clara Mota	JF/MT

I – Pauta

Segundo encontro do Grupo de trabalho de Inovação e Inteligência, proposto pela Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, em parceria com o Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo, em que foi realizada oficina de *design thinking* dividido em 3 grupos (cinza, laranja e azul), com a seguinte proposta: Como identificar e relacionar os indicadores e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com a atividade do Poder Judiciário? O principal objetivo da oficina foi a reflexão a respeito da inclusão de metas e indicadores da Agenda 2030 no Poder Judiciário, realizando proposições através do trabalho conjunto entre servidores e juízes.

II – Introdução

Inicialmente, a Conselheira Maria Tereza Uille Gomes apresentou o escopo do trabalho (ODS), ressalvando as atividades desenvolvidas no primeiro encontro realizado no iJusplab (Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo). Na sequência, as diretoras dos Departamentos de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ), Gabriela Azevedo, e de Gestão Estratégica (DGE/CNJ), Fabiana Andrade, fizeram breve explanação sobre os trabalhos desenvolvidos por cada departamento e pontuaram a importância das metas e indicadores para o direcionamento estratégico de sua atuação (cópia das apresentações em anexo). Posteriormente, durante o período da tarde, a Dra. Luciana Ortiz Zanoni, diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo/Tribunal Regional Federal da 3ª Região, apresentou a metodologia do *design thinking* e coordenou as atividades realizadas em grupos (cinza, laranja e azul) (apresentações anexas).

III – Grupo Cinza

O Grupo Cinza trabalhou com as seguintes temáticas: Na 1ª rodada: Igualdade de gênero, Trabalho e Redução das desigualdades, sob a perspectiva dos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), e na 2ª rodada: 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 10 (Redução das Desigualdades).

3.1 – Canvas: Persona

- Ana, chefe do DPJ, servidora pública experiente em estatística, mas não em Poder Judiciário.
- Meus interesses: contribuir para o judiciário e a administração pública.
- Minha personalidade: submissão hierárquica, carência de comunicabilidade, visão conservadora.
- Minhas habilidades: Articulação com os envolvidos e capacidade técnica.
- Meus sonhos: justiça eficiente, redução de demandas, continuidade na função e ser aceita pelos Conselheiros.
- Minha vida social: só para o trabalho.
- 3 razões para aderir o serviço: querer colaborar, qualidade do serviço prestado, produzir resultados.
- 3 razões para não aderir o serviço: mais trabalho, falta de conhecimento, prazo curto.

3.2 – Canvas: Por quês

- Transparência.
- Missão institucional.
- Eficiência.
- Melhorar imagem do Brasil.
- Aumento do IDH.
- Efetivar o direito fundamental ao desenvolvimento.
- Divulgar resultados do trabalho do Poder Judiciário.
- Colaborar com a elaboração de Políticas Públicas.
- Mapear e identificar gargalos.
- Direcionar a aplicação dos recursos materiais e humanos.
- Gerir limitações à resolução de conflitos judicializados.

3.3 - Canvas: Prospecção 1ª Rodada (ODS 1 e 2)

- Planejamento 15/20. Documentos CNJ.
- Relatórios Internacionais: ONU/PNUD, UNESCO, OEA.
- Relatório sobre os custos da judicialização 2018.
- Relatório de 2009 sobre a relação entre IDH e acesso à justiça. Número de juízes e

processos.

- Falta: Número de ações sobre segurança alimentar.
- Números da previdência: benefícios, valores, beneficiários, municípios.
- TCU: auditoria coordenada.
- Dados do PRONAFE. Sindicatos rurais.
- CAD Único.
- Justiça em Números.
- Atlas PNUD/IPEA.
- Dados sobre trabalhadores rurais.
- Planejamento estratégico PNUD 2017/2021.

3.4 – Canvas: Indicadores 1ª Rodada

- Idade dos beneficiários.
- Pedidos de benefício previdenciário.
- Concessão de benefícios a pessoas abaixo da linha da pobreza.
- Identificar usuários analfabetos.
- Atualização dos Relatórios IDH e acesso à justiça.
- Cruzamento dos dados CAD Único com os dados processuais.
- Identificar potenciais usuários/cidadãos que não conseguem acesso (moradores de rua/áreas distantes).
- Tempo de tramitação das ações de benefício previdenciário por incapacidade.
- Quantidade de ações sobre agrotóxicos, alimentos seguros e transgênicos.
- Quanto foi pago pelo INSS?
- Quais os benefícios concedidos?
- Quantos benefícios concedidos?
- Doença que motivou a ação.
- Indicadores de assuntos e classes que se relacionam com as ODS 1 e 2 para aferir de desigualdades de acesso.
- Quais são os litigantes que estão abaixo da linha da pobreza.

3.5 – Canvas: Prospecção 2ª Rodada (ODS 5, 8 e 10)

- Resolução 255/2018 CNJ.
- Meta 8 – Violência contra a mulher.

- Mutirões da justiça pela paz em casa.
- Pesquisa cenários CNMP.
- Dados CNJ.
- Números e dados da Justiça do Trabalho.
- Relatórios IBGE.
- IPEA.
- PNUD.
- Lista “negra” do trabalho escravo.
- Dados Associação Brasileira Jurimetria.
- Portaria 15/2017 CNJ.
- FIES e Cotas.
- Previsibilidade/estabilidade – Jurisprudência – Confiança para o mercado - Relatórios Doing Business.

3.6 – Canvas: Indicadores 2ª Rodada

- Gerenciamento do sistema de precedentes.
- Identificar mulheres seguradas rurais.
- Identificar ações movidas por portadores de deficiência.
- Ações contra instituições financeiras.
- Percentual de mulheres que atuam em cargo de chefia no Poder Judiciário.
- Percentual de mulheres que atuam em cargos gerenciais.
- Quantidade de processos administrativos por assédio.
- Relacionar dados sobre medidas protetivas e violência/feminicídio.
- Mapear editais para contratações com vagas para mulheres terceirizadas.
- Compra de pequenos produtores e orgânicos e prod. locais.
- Transparência ativa nos dados sobre equidade de gênero.
- *Case* cruzamento Cad único com dados da Justiça Federal.
- Implementar Resolução 255/2018 CNJ.
- Identificar processos criminais relacionados a homofobia.
- Identificar grandes litigantes trabalhistas.
- Índice de ações coletivas e estruturais.
- Índice de Tribunais que têm Comitê de Gênero.
- Medir e gerir inovações e recursos tecnológicos.
- Ranking anual dos grandes litigantes – CNJ (Justiça Federal, Estadual e

Trabalhista).

- Números e dados: trabalho infantil, condições precárias.
- Processos relacionados a violência contra a mulher
- Identificar ações que recaem sobre o Sistema Financeiro e Econômico e são reformadas.

IV – Grupo Laranja

O Grupo Laranja trabalhou com os temas sustentabilidade (1ª rodada), sob a perspectiva dos ODS 6 (Água), 7 (Energia), 11 (Cidades Sustentáveis), 12 (Produção e Consumo Sustentáveis), 13 (Mudanças Climáticas), 14 (Vida na Agua), 15 (Vida Terrestre), e educação e saúde (2ª rodada), ODS 3 (Saúde e Bem-estar) e 4 (Educação de qualidade).

4.1 – Canvas: Persona

- Guilherme, 57 anos, nascido em Minas Gerais, diretor-geral do TJMG, graduado em Direito, noções básicas de TI, “chefe” legalista machista, 2º casamento, 3 filhos, possui 1 filho novo com a 2ª esposa, consumista, gestor interno, “caxias”, gosta de futebol, conhece bem a instituição.
- 3 razões para aderir o serviço: Imposição do CNJ, vaidade, pensando no futuro dos filhos, pressão hierárquica, gostou da Agenda 2030, empatia.
- 3 razões para não aderir o serviço: Falta de tempo, resistência a mudança, equipe despreparada (sem treinamento específico), preconceito, falta de informação, insegurança perante os órgãos de controle, falta de recurso, síndrome de post-it.
- Meus interesses: Aposentar, evitar conflito, manter o cargo.
- Minha personalidade: Pouco flexível, consistente, dedicado, pontual, lealdade, honesto, gestor conservador.

4.2 – Canvas: Por quês

- Melhorar a eficiência.
- Transparência e integração com as metas ODS.
- Recursos escassos demanda crescente.
- Porque dentre os valores do PJ a sustentabilidade está descrita e precisamos medir os índices.
- Porque o Judiciário deve dar o exemplo, muitos dos ODS estão previstos na CF.

- Brasil signatário da Agenda 2030.
- Auxiliar no cumprimento dos objetivos estratégicos do CNJ.
- Exteriorizar o número de ações judiciais relacionadas a sustentabilidade. Aproximar o Judiciário da sociedade.
- Promoção da cidadania. Acesso à justiça.

4.3 – Canvas: Prospecção 1ª Rodada (ODS 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 15)

- ODS 6/7 PLS.
- Consumo, gasto, plano logístico, sustentabilidade. Boas práticas: água chuva, fotovoltaica, energia limpa. Falta cadastro.
- Coleta de resíduos. Gestão de resíduos, boas práticas - cooperativas.
- Alguns tribunais fazem compras compartilhadas.
- Alguns tribunais têm guia de licitação sustentável.
- Prática consumo consciente + Processo eletrônico.
- Classe/Assunto.
- Direito civil – Dano ambiental.
- Direito penal – Crime conta a administração ambiental.
- Direto consumidor – Multa ambiental.
- Direito civil – Ambiental.
- Direito previdenciário – Taxa de fiscalização ambiental.
- Direito previdenciário – Ind. Dano ambiental.
- Direito processual civil – Fornecimento de água.
- Direito consumidor – Usurpação de águas.
- Direito marítimo – corrupção ou poluição de água potável.
- Direito consumidor – Aguas públicas.
- Direito processual civil – saneamento.
- Direito previdenciário/penal – Energia elétrica.
- Direito processual civil – Fornecimento energia elétrica.
- Direito administrativo – Sistema financeiro habitação.
- Direito consumidor – Ato lesivo ao patrimônio público.
- Direito processual civil – Patrimônio histórico, tombamento.
- Ações solidárias que conscientizem os servidores. Boas práticas: Parcerias com ONG´s e prefeituras para limpeza de rios, ruas e mares.
- Energia: Metas específicas para o meio ambiente a partir das ODS.

Perguntas: Água e energia. Número de ações civis públicas, número de ações populares, número de ações penais.

- Capacitação socioambiental. Boas práticas: compensação ambiental, gestão compartilhada de parques.
- Fornecimento água saneamento. Aguas públicas (consumidor). Água e saneamento (processo civil).
- Crime: usurpação de água, fornecimento de água, corrupção ou poluição água.
- Penal/ Previdenciário: energia elétrica.
- Processo civil: Fornecimento energia elétrica.
- Direito Processo civil: Imposto único de energia elétrica.
- Força-tarefa. Caso Mariana, coletivas e individuais.
- Belo Monte.

Pendencias

- Form. de Projetos de boas práticas – práticas solidárias (meio ambiente, sociais, econ, inst.)
- Guia de compras públicas.
- Atualizar a norma de gestão de frotas.
- Formar redes regionais de sustentabilidade para compras compartilhadas.
- Celebrar parceiras entre os Poderes (micro redes).
- Big Data nos tribunais.
- Saneamento água e esgoto Minha Casa Minha Vida.
- Transposição do Rio São Francisco.
- Desastres ambientais.

4.4 – Canvas: Indicadores 1ª Rodada

- Número de pessoas que serão beneficiadas pelos resultados das ações civis públicas.
- Qual o percentual de materiais que são efetivamente reciclados no PJ.
- Percentual da coleta de resíduos que é reciclada ou reaproveitada.
- Número de ações envolvendo patrimônio cultual/natural e o custo (11.4.1)
- Qual o tempo de julgamento por ODS.
- Pegada material por tribunal.
- Percentual de licitações sustentáveis realizadas pelo órgão do PJ.
- Percentual tribunais que possuem planos de gestão de resíduos sólidos.

- Percentual de pessoas com deficiência que fazem parte do corpo funcional.
- Número de cumprimento de sentença de cunho reparativo na área ambiental.
- Percentual tribunais que captam água da chuva para reuso.
- Número de unidades judiciárias que usam energia limpa.
- Cota de energia renovável no total final do consumo de energia.
- Percentual de resíduos sólidos coletados e com descarga final adequada sobre o total de resíduos sólidos gerados.
- ODS 13. Número de pessoas atingidas por desastres ambientais judicializados em ações coletivas e número de ações individuais.
- Percentual do orçamento gasto com energia elétrica/água.
- Número de ações relacionadas a grandes desastres.
- Número de ações civis públicas com classes/assuntos relacionados aos ODS.
- Percentual de aquisição de bens de T.I.C com estudo de impacto ambiental decorrente da contratação.
- Número de demandas relativa ao Minha Casa Minha Vida (problemas de infraestrutura)
- Qual o custo ambiental de cada processo.
- Número de demandas relativas ao saneamento básico (individuais e coletivas).
- Número de ações discutindo déficit habitacional.
- Número de demandas desmatamento (crimes ambientais).
- Número de ações sobre tráfico ilegal de animais.
- Número de ações judiciais referentes a licenciamento ambiental.
- Proporção de gastos do Judiciário de energia e pessoal (estagiário).
- Aperfeiçoar o percentual dos indicadores do PLS.
- Número de ações/medidas implementadas para acesso e inclusão de pessoas com deficiência na estrutura do tribunal.
- Número de ações referentes a crimes ambientais.
- Número de ações coletivas relacionadas: 1. Água, 2. Saneamento, 3. Energia. Plano municipal/estadual/federal de recursos hídricos e eficiência energética.

4.5 – Canvas: Prospecção 2ª Rodada (ODS 3 e 4)

O que existe:

ODS 3 - Saúde:

- Resolução 207 CNJ. Saúde magistrados e servidores. Principais CID´s. Atenção

psicológica. Percentual de pessoas que frequentam.

- QVT - Programa qualidade de vida no trabalho. Ergonomia.
- PLS – quantidade de ações promovidas pelo órgão e quantidade de participantes. Melhorar indicador. O que são ações de qualidade de vida.
- Alcoolismo.
- Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral a Saúde. Depressão. Conselheiro Arnaldo, Valdetário.
- Grupo técnico NatJus. Compartilhar nota técnica.
- Seminário Saúde Mental e Lei por classe e assunto.
- Fórum da Saúde CNJ.
- Justiça em números (dificuldade de buscar dados no sistema).

ODS 4 - Educação:

- CEAJUD. Cursos abertos para a sociedade.
- Escolas Judicias Judiciais.
- Museus (MG) alguns tribunais.
- Visitas nos tribunais (recebe 15.000 alunos – STJ). Práticas de sustentabilidade.
- Dificuldade para receber estudantes de direito (demanda). Porta de entrada/diálogo.
- Escola Formativa de Servidores. (Demanda fragmentada, juízes e servidores)
- ENFAM + profissionalizou o curso.
- Centro de conciliação.

Ações judicializadas: FIES, PROUNI, Falta de estrutura nas escolas, Acesso (educação, EAD, servidores), Qualidade, Conteúdo exigido em concursos públicos.

- Direito processual civil – Educação pré-escolar.
- Direito administrativo – Financiamento público da educação e/ou pesquisa.
- Direito previdenciário – salário-educação.
- Direito consumidor – Financiamento privado educação e pesquisa.
- Direito processual civil – educação profissionalizante.
- Rede de capacitação.

4.6 – Canvas: Indicadores 2ª Rodada

- Número de ações que envolvem a saúde, separadas por classe/assunto.
- Número de suicídios magistrados e servidores.
- Tipos de tratamentos e/ou medicamentos mais judicializados para verificar

eventuais falhas nas políticas públicas (ver art. 139, X, CPC)

- Percentual de deferimento de medidas (objetivo: verificar falhas na política pública – ver art. 139, X, CPC)
- Número de ações estruturantes envolvendo direito a saúde. Cumprimento de decisões coletivas estruturantes (alimentação dos dados, como é feito o cadastro nacional de condenações por improbidade, por exemplo).
- Número de ações que questionam a estrutura do programa oficial de álcool drogas e saúde mental.
- Cadastro sentenças relacionadas ao direito a saúde como foco nos itens XYZ do ODS. Rastrear por competência na área da saúde.
- Índice de absenteísmo no trabalho (já existe).
- Quantidade de cursos sobre os valores institucionais do PJ e quantas pessoas participaram anualmente.
- Quantidade de servidores e magistrados capacitados anualmente.
- Número de ações de capacitação realizada em conjunto pelas Redes.
- Número de servidores que ocupam cargos de gestão que fizeram curso específico para a área (30h).
- Número de ações civis públicas relacionadas a educação (acesso, estrutura, qualidade de ensino, FIES)
- Número de servidores que fizeram EAD sobre Processo eletrônico.
- Aumentar qualidade/quantidade de cursos oferecidos pelo CEAJUD.
- Número de estudantes de direito recebidos em ação de capacitação sobre o papel do tribunal.

V – Grupo Azul

O Grupo Azul trabalhou com o tema Inovação Inteligência, Tecnologia e Integração de Dados, sob a perspectiva dos ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes – 1ª Rodada) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), e 17 (Parcerias e meios de implementação) – 2ª rodada.

- **5.1 – Canvas: Persona**
- Dr. Justino, 50 anos, magistrado, entende que o “o CNJ só quer saber de metas”.
- 3 razões para aderir o serviço: Sentimento de realização de justiça, ter o sentimento

de contribuir para a melhora da justiça de seu país, facilitar o monitoramento dos processos com temas sensíveis, obter reconhecimento da sociedade, mostrar o que de bom já vem sendo feito no judiciário.

- 3 razões para não aderir o serviço: Excesso de trabalho, falta de reconhecimento, falta de tempo, sensação de não continuidade das ações, mais relatório para preencher, sensação de inutilidade das ações prestadas, muito tempo destinado a relatórios em detrimento aos julgamentos.
- Meus interesses: Criar grupos de monitoramento de combate ao crime organizado.
- Meus sonhos: Saber que sua ação diminuirá a violência na sociedade, cumprir o objetivo de pacificação social.

5.2 – Canvas: Por quês

- Para humanizar as metas e colocá-las em sintonia com políticas públicas globais.
- Melhorar a prestação jurisdicional.
- Melhorar os indicadores sociais do Brasil.
- Oportunizar a avaliação do impacto das decisões no meio social.
- Organizar/sistematizar melhor os dados existentes.
- Maior transparência das ações e informações correlatas.
- Direcionar esforços para a consecução de objetivos.
- Estimular maior envolvimento de juízes e servidores.
- Melhorar a governança do Judiciário.
- Dever do Judiciário assegurar que os princípios constitucionais de paz e justiça sejam reais e presentes na sociedade.
- Reforçar o comprometimento do Judiciário com os Direitos Humanos.

5.3 – Canvas: Prospecção 1ª Rodada (ODS 16)

- Centros de conciliação.
- Tráfico de pessoas.
- Metas ENASP. 3369. Crimes contra a vida.
- Pai Presente, Corregedoria Nacional. 16.9.1.
- Violência doméstica, Maria da Penha.
- Rede de desburocratização.
- Assuntos referentes ao ODS 16 já constam na tabela de assuntos do CNJ. Identificá-los.

- Acordos de entrega de armas nos fóruns ao exército.
- Resolução 240 CNJ. Política Nacional de Gestão de Pessoas.
- DMF. Dados do BNMP 2.0.
- Programa Justiça pela Paz em Casa.
- Resolução 175 CNJ. 16.b.1
- Juizados Especiais.
- Meta 8 - Enfrentamento violência doméstica.
- Meta 4 – Corrupção/improbidade. 16.5.
- Resolução 203 CNJ de Cotas e Lei de Pessoas com Deficiência. 16.6.
- Pesquisa de satisfação de usuários.
- Enccla.
- Transparência: Resolução 215 CNJ. Ranking de transparência.
- PJe
- Diagnóstico de casos de violência doméstica e feminicído. Justiça em Números.
- Priorização do 1º grau. Resolução 194 CNJ.
- Resolução 221. Portaria 114 CNJ.

5.4 – Canvas: Indicadores 1ª Rodada

- Contatos com organismos internacionais para verificar ações relacionadas a Meta 16.
- Quais as perguntas mais importantes (necessárias) para contribuir para a prevenção da corrupção. (Portal da Transparência)
- Percentual de atendimento aos critérios do Ranking de Transparência.
- Tempo de julgamento de processos com presos provisórios.
- Percentual de presos provisórios em relação ao total da população carcerária.
- Valores recuperados em ações de improbidade e corrupção e ações afins.
- Número de processos julgados de crimes contra a vida.
- Análises dos percentuais de concessões de benefícios previdenciários em locais que são sede de juizados, em relação a outras localidades.
- Número de pessoas que tiveram seu registro nos programas da corregedoria.
- Número de casamentos após a Resolução do CNJ.
- Percentual de negros que assumiram cargos no Judiciário após as cotas.
- Tempo médio de julgamento de ações de improbidade e corrupção e afins.
- Percentual de cargos no Judiciário por gênero, idade, raça, deficiência.

- Número de dados disponíveis por tribunal.
- Número de processos tráfico de pessoas e trabalho escravo.
- Tempo de tramitação processos violência doméstica.
- Mensurar tempo de tramitação dos processos.
- Quantidade de beneficiários em ações coletivas relacionadas a educação.
- Tempo médio de julgamento de crimes de competência do júri.

5.5 – Canvas: Prospecção 2ª Rodada (ODS 9 e 17)

- Utilização de energia limpa. Usinas fotovoltaicas.
- FONACRE (enunciados e recomendações).
- Justiça itinerante.
- Processo eletrônico
- Guia de Análise do Impacto Regulatório (Casa Civil).
- Priorização de ações envolvendo grandes obras e projetos estruturantes (intenção).
- Interoperabilidade entre PJe e o sistema da Procuradoria da Fazenda Nacional (execução fiscal).
- Participação do CNJ na Cúpula Judicial Ibero-americana (cooperação internacional).
- Protocolos de cooperação da ENFAM.
- Juízes de ligação para divulgação da Convenção de Sequestro Internacional de Crianças.
- Planejamento estratégico do CNJ. Poder Judiciário.
- Rede de Cooperação Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa.

5.6 – Canvas: Indicadores 2ª Rodada

- Quantidade de ações envolvendo grandes obras e projetos estruturantes e tempo médio de julgamento.
- Percentual de cidades distantes menos de 100km de uma Vara federal.
- Número de juízes e servidores capacitados em eventos educativos promovidos por meio de cooperação internacional.
- Número de cidades atendidas pelo PJe.
- Quantificar o número de beneficiários com uma obra estrutural.
- Número de políticas públicas jud. continuadas. 17.3 e 17.4.

VI – Encerramento

Ao final, foram apresentadas as avaliações dos grupos, com explicações em relação à pessoa, respostas em relação aos “Por quês”, prospecção e formulação de indicadores na perspectiva de cada ODS e de cada grupo, segundo a divisão prévia realizada, para que os demais participantes fizessem sugestões (momento “Por quê não?”). Após os debates, os resultados foram compilados e constam da presente ata.

A reunião encerrou-se às 18h.